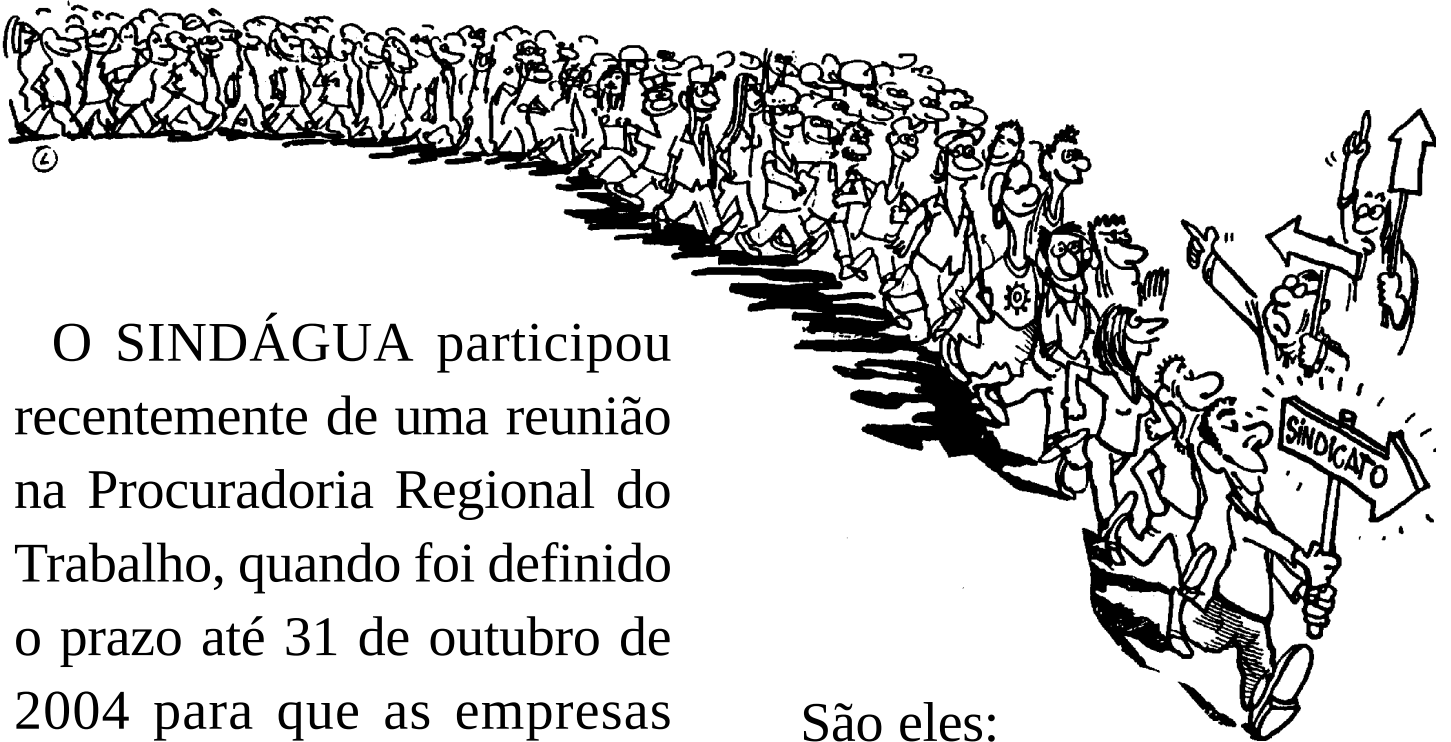


URGENTE

Contratações regulares não podem ser questionadas



O SINDÁGUA participou recentemente de uma reunião na Procuradoria Regional do Trabalho, quando foi definido o prazo até 31 de outubro de 2004 para que as empresas estatais e de economia mista regularizem suas situações de Recursos Humanos. Segundo o Ministério Público, a partir do dia 1º de novembro deste ano, a instituição começa processo de investigação e auditagens para checar a regularidade nestas empresas. Alguns pontos definidos para cumprimento pelas empresas eram reivindicados pelos próprios trabalhadores, através dos sindicatos.

São eles:

- * *implantação de um plano de cargos salários que preserve o princípio de isonomia e promoções horizontais;*
- * *proibição de terceirização dos serviços fins das empresas;*
- * *rigor da aplicação de normas de segurança do trabalho e abertura de CAT's;*
- * *proibição de contratos temporários que excedam três meses.*

Defesa dos direitos adquiridos

Diante da grande repercussão de matérias publicadas no jornal “O Tempo” e “Diário do Comércio”, com manifestação de preocupação sobre o direito adquirido pelos trabalhadores contratados regularmente, o Sindicato acionou sua assessoria jurídica para analisar todos os pontos eventualmente levantados internamente e sobre as ponderações do Ministério Público. Devemos deixar claro para a categoria as seguintes questões:

- as contratações efetuadas pela empresa foram oriundas de decisão judicial em ações de reconhecimento de vínculo empregatício e integração aos quadros da Copasa, para as quais não cabe mais nenhum recurso, pelo longo tempo decorrido;
- à época, não houve também por parte do Ministério Público qualquer manifestação que identificasse irregularidades nos processos de contratação, que foram amplamente divulgados.

Outras questões importantes estão sendo levantadas pela assessoria jurídica do Sindicato para uma postura de total defesa da estabilidade no emprego dos companheiros regularmente admitidos e que têm muitos anos de pleno exercício profissional dentro da Copasa.

O Sindicato acompanhará de perto todas as ações do Ministério Público, do governo e da empresa diante destas recomendações de regularização administrativa que são indicadas não apenas para a Copasa, mas para todas as empresas estatais e de economia mista. Os dirigentes sindicais já estão realizando visitas aos setores de trabalho para esclarecimento dos companheiros.

Ao mesmo tempo, queremos tranquilizar os trabalhadores e disponibilizar todos os recursos e assessoria jurídica para resguardar os direitos da categoria.